

## Projeto Minas – Rio: impactos, violações, conflitos e lutas

Entrevista com Ana Costa\* e Eduardo Barcelos\*\*

Minas - Rio Project: impacts, violations, conflicts and struggles  
Interview with Ana Costa e Eduardo Barcelos

Ana Inês Simões Cardoso de Melo, Monica de Jesus Cesar  
e Isabel Cristina da Costa Cardoso\*\*\*

Tendo em vista a temática “Lutas, Cidadania e Direitos Humanos”, proposta para o dossiê desta edição n. 34 da *Em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea, convidamos os pesquisadores Ana Costa e Eduardo Barcelos para compartilharem sua experiência junto ao “Projeto Minas-Rio”, tratando dos impactos socioambientais vis-à-vis à sua implantação.

Consideramos, em especial, a importância de conhecer e socializar a agenda dos sujeitos sociais e coletivos envolvidos, em torno da discussão e mobilização frente às questões socioambientais vinculadas ao desenvolvimento dos “grandes empreendimentos” e sua incidência sobre as condições e modos de vida das populações direta e/ou indiretamente envolvidas.

Temos por referência na proposição desta entrevista as relações entre as lutas sociais e os direitos humanos, aqui explicitados em sua relação com a experiência do projeto ao qual nossos (as) entrevistados (as) se

---

\*Ana Costa é Assistente Social, professora adjunta e pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal Fluminense UFF; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ - e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. (FAPERJ) – *E-mail*: amawacosta@gmail.com>.

\*\* Eduardo Barcelos é Engenheiro Ambiental (UFOP-MG), professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz) e doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). É integrante do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – *E-mail*: <eduardb@gmail.com>.

\*\*\* Entrevista realizada por escrito, via e-mail, em novembro de 2014, pelas Profas. Dras. Ana Inês Simões Cardoso de Melo, Monica de Jesus Cesar e Isabel Cristina da Costa Cardoso, integrantes da Equipe Editorial “*Em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea” e docentes da Faculdade de Serviço Social/UERJ. *E-mail*: <iness@infolink.com.br>; <mojcesar@gmail.com>; <icostac@superig.com.br>.

vinculam e que se relacionam com as políticas de desenvolvimento implementadas e implantadas em nosso país no atual contexto da sociedade brasileira.

Com a palavra, portanto, os nossos entrevistados....

**Em Pauta** – Inicialmente, solicitamos que comentem os antecedentes deste projeto, suas motivações e vínculos com os diferentes sujeitos envolvidos. Ana Costa – Esse processo vivenciado junto aos camponeses e pescadores do Açú iniciou-se, em 2010, com as preocupações identificadas pelos assentados da reforma agrária do maior assentamento do Estado do Rio de Janeiro, o Zumbi dos Palmares/MST, quando noticiado, na imprensa local, que a duplicação da BR-101, a chamada variante da BR, cruzaria, a leste da cidade de Campos, as terras da antiga Fazenda São João, hoje pertencentes ao assentamento.

Os assentados, então preocupados com esta notícia e ao mesmo tempo com os impactos provocados pela LLX, empresa responsável pela implementação do Complexo Industrial-Portuário do Açú, em São João da Barra se mobilizam. Naquele momento, a implantação do complexo já estava atingindo de forma violenta os camponeses e pescadores do Açú. Em função das obras do corredor logístico e da mudança do traçado da BR 101, que então passaria dentro do Zumbi dos Palmares, um conjunto de famílias das áreas acima citadas procuraram a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) de Campos, por intermédio da sua Coordenação de Extensão, solicitando espaço para se reunirem e também apoio em suas lutas.

Essa mobilização envolveu um conjunto de entidades, dentre elas, outras Universidades; sindicatos de trabalhadores; movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação de Produtores e Imóveis do Município de São João da Barra (ASPRIM). Esta última, criada também em 2010 buscou reunir as famílias em resistência às obras do porto, desde pequenos agricultores, comerciantes, pescadores artesanais e moradores do Açú/V distrito de São João da Barra/RJ. Eles buscavam garantir suas reivindicações e fortalecer a luta que, naquele momento se conformava pelo conflito socioambiental, envolvendo a destruição da restinga e a iminência das desapropriações. Os encontros entre essas organizações foram fundamentais para dar visibilidade às questões trazidas pelos assentados, que têm uma trajetória de mais de quinze anos de organização e conquistas importantes na região.

Buscou-se formar, assim uma rede de resistências e denúncia aos impactos e efeitos profundos causados pelo Porto.

Esses encontros contribuíram para a ampliação dos sujeitos coletivos envolvidos com as questões e demandas por eles ali trazidas e discutidas, como a violência e violações que estavam sofrendo e para que tivessem mais visibilidade. Também contribuíram para que as Universidades deixassem de ser apenas interlocutoras à distância desses camponeses, pescadores e suas famílias e atuassem mais diretamente. Esse foi o caso de alguns pesquisadores da UFF de Campos, que realizaram as suas primeiras aproximações àquele território, denominado de Açú e conseqüentemente aos seus moradores atingidos pelos impactos sociais, econômicos, ambientais, do megaprojeto.

**Em Pauta** – Vocês poderiam apresentar uma caracterização do Projeto Minas-Rio e de sua implementação.

**Eduardo Barcelos** – O Projeto Minas Rio é considerado o maior projeto minero-portuário do mundo. Ele prevê a exploração de 26 milhões de toneladas anuais de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, ambos localizados na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais; um mineroduto de 525 km de extensão para o escoamento do minério, cruzando 32 municípios de Minas e do Rio de Janeiro; um terminal portuário privativo de uso misto para cargas sólidas e semissólidas, o chamado Porto do Açú e um distrito industrial na retroárea do porto, ambos em São João da Barra/RJ. Trata-se, na verdade de um grande projeto de integração regional-global que unifica a cadeia ferro – aço, a indústria pesada e o setor de petróleo e gás. É um projeto intersetorial e transnacional voltada à exportação e à economia global de *commodities* (minério, petróleo, aço). Sua implantação teve início no ano de 2006, a partir do licenciamento ambiental e dos atos desapropriatórios dos governos de MG e RJ, embora seja mais antigo a intenção de se implementar o Projeto. A implantação, desde o início foi marcada pela ausência de diálogo com os moradores dos territórios das montanhas em Conceição de Mato Dentro e dos municípios próximos, assim como com os moradores dos mares em São João da Barra e especificamente do Açú. O empreendimento foi licenciado de forma fragmentada, ora pelo órgão federal, ora pelos órgãos estaduais de meio ambiente, levando especificamente à vulnerabilização da avaliação de impactos, em especial aqueles de caráter cumulativo e de sinergia. Ao passo da continuidade das obras, a implantação se deu com a atuação da força policial, das intimidações das empresas de segurança privada, sobretudo durante as desapropriações e da destruição generalizada das restingas, no Açú, e da Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro.

**Em Pauta** – Os grandes empreendimentos estão relacionados às políticas de desenvolvimento implementadas por parte do Estado brasileiro. Em

relação a este projeto, especificamente, como vocês vêm o seu significado em relação ao desenvolvimento econômico regional e nacional?

**Ana Costa** – Enquanto os representantes do capital comemoram, do outro lado, trabalhadores e atingidos pelas violações e violências provocadas por estas empresas só tem a denunciar e lamentar a devastação da natureza, a expropriação de seus instrumentos de trabalho, como a terra de cultivo para a maioria deles, a poluição das águas potáveis, a mortandade de peixes, a destruição de um modo de vida, que tem na terra, nos rios e na natureza de um modo geral, suas referências, o adoecimento e morte dessas pessoas que convivem no seu dia a dia com o sequestro de suas perspectivas e projetos de vida. Tudo isso em nome do processo de acumulação capitalista vigente, que alguns ainda insistem em chamar de progresso, de desenvolvimento.

Este “modelo” de desenvolvimento que viola todo o tipo de direitos, sobretudo os direitos humanos, é decorrência de um sistema que produz e reproduz desigualdade e que tem na transformação da terra em mercadoria e, por conseguinte na sua concentração, uma de suas determinações centrais, dele decorrem alguns desafios.

Um deles é entender que essa concepção, em que a negação e violação dos direitos humanos na implementação desses megaempreendimentos, tem sido o *modus operandi* - do estágio de acumulação capitalista, seja neste projeto em tela no Rio e em Minas, como nos demais estados brasileiros e países chamados em desenvolvimento - utilizado junto aos segmentos excluídos da riqueza.

No entanto, esses trabalhadores e trabalhadoras, identificados aqui como atingidos e atingidas, vêm resistindo por meio de suas organizações e se articulando com os demais movimentos, no sentido de permanecerem na terra e lutarem pela manutenção de suas formas de vida, em sua história, transmitidas de geração em geração, na preservação de sua cultura e de suas tradições.

Outra questão, é que essas lutas são consideradas pelos setores que representam o capital, como uma luta contra o desenvolvimento, contra o progresso regional, do Estado e do País. Ignora o papel fundamental da agricultura familiar na sociedade, que é o de produzir alimentos saudáveis para a reprodução dessas famílias e também de alimentar, seja o povo da cidade ou do campo. Portanto, não se submete a esse chamado “desenvolvimento”, que destrói o meio ambiente e que, para concentrar mais terras e capital, expulsa os pequenos agricultores de suas roças, retirando deles não só o seu pedacinho de terra – que é o seu meio de produção e seu instrumento de trabalho, portanto, sua fonte de subsistência –, mas a sua história, sua cultura e seu modo de vida.

Com a chegada do Porto do Açúcar e de todo o seu complexo nessa região do norte fluminense, os chamados formadores de opinião, como a maioria dos meios de comunicação, denominaram o porto de “moderno”, tido

como gerador de postos de trabalho. Segundo esse discurso, o porto terá seu centro econômico na atividade industrial de ponta, partindo do processamento e exportação de produtos primários, minérios, e chegará à fabricação de automóveis, destinados à exportação, o que contribui para construir uma imagem do empreendimento, como sendo a redenção para uma região “atrasada” e pobre.

É importante salientar que esses são elementos que caracterizam a *mídia* compromissada com o capital e com este modelo de desenvolvimento vigente que exclui histórias e práticas sustentáveis fundadas em outro tratamento dado ao meio ambiente e à produção de alimentos. Sabe-se muito bem a quem interessa difundir este modelo de desenvolvimento.

**Em Pauta** – A dialética entre natureza e sociedade produz diferentes experiências históricas de ambiente, a partir das relações sociais. Considerando-se o atual estágio de desenvolvimento das relações capitalistas e a particularidade histórica de inserção/subordinação da formação social brasileira neste processo de desenvolvimento, qual experiência sócio-histórica de ambiente tem sido produzida pelo projeto Minas-Rio e quais são os seus impactos mais significativos?

**Eduardo Barcelos** – Há uma ampla literatura desde o campo crítico das ciências sociais latinoamericanas que interrogam a dialética sociedade e natureza neste início de século. Os enunciados mostram certo consenso de que estamos diante de uma “nova” etapa do padrão de acumulação capitalista em nosso continente, marcado basicamente pela (re)*emergência e aprofundamento de conflitos territoriais em torno das disputas pelo uso, acesso e apropriação dos bens da natureza*. Ou seja, estamos recolocando no debate, o modo como as relações de poder se inscrevem espacialmente por meio dos conflitos ambientais, o modo como à materialidade se institui por meio de novas estruturas, de novas escalas, enfim estamos colocando em debate a relação território, poder e natureza. Esta problematização do padrão de acumulação atual parece combinar algumas características. O uruguaio Eduardo Gudynas, por exemplo, chamou de *neoextrativista* esse período recente que marca as transformações na América Latina. Quer dizer chama a atenção para um modo particular de organização e uso da natureza que se instituiu com o advento das economias emergentes (Brasil, China, Índia) e os novos “imperativos de fluidez” do eixo asiático de desenvolvimento, por meio da economia chinesa nestes últimos anos. Ele é baseado na exploração sistemática, intensiva e em escala de recursos naturais, sobretudo de matérias primas industriais, na formação de grandes enclaves extrativos, verdadeiros “latifúndios de produção voltados à exportação”, e uma especialização da estrutura produtiva (reprimarização da economia). Enfim tudo isso sob o protagonismo de empresas estatais, corporações privadas e bancos de desenvolvimento. Megaprojetos como da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), Plano Pueblo

Panamá (PPP), hoje Plano Mesoamérica, ou mesmo o caso do Projeto Minas Rio, marcam um giro espacial da região, indicado pela socióloga argentina Maristella Swampa, ao apontar este padrão extrativo como padrão de dominação na região. Há ainda uma conflitividade que se afirma no contexto de obras de infraestrutura (corredores logísticos e biooceânicos), projetos de energia (usinas térmicas e hidroelétricas), assim como a expansão do agronegócio (monoculturas de exportação), distritos industriais (complexos siderúrgicos e petroquímicos) e terminais portuários. Este contexto tem implicado a constituição de novos protagonistas, de novos processos de resistência, assim como de agendas de pesquisa. Quer dizer vem repondo a ideia de conflito ambiental, das formas de exercício do poder, dos modos de ação e resistência empregados. De certa forma, é um padrão antigo, que se reproduziu em outros momentos de nossa formação social, embora diferente atualmente, se considerarmos o volume dos investimentos, a escala dos processos e a complexidade das relações de apropriação/dominação vistas. No caso do Projeto Minas Rio, trata-se deste padrão neoextrativo, que indica, de um lado, a exploração predatória de áreas de ampla vulnerabilidade ambiental, como as Serras do Sapo, da Ferrugem, na região de Conceição do Mato Dentro, domínio da Serra do Espinhaço, considerada patrimônio mundial da biodiversidade pela UNESCO em Minas Gerais. No trecho fluminense, atinge as restingas e cordões litorâneos, considerados os mais raros, recentes e extensivos testemunhos deste tipo de ecossistema costeiro no Brasil. A extração de minério tem implicado a contaminação das águas, sobretudo na microbacia do córrego Passa Sete, seja pela barragem de rejeito localizada a montante, seja pelo desvio de cursos d'água, ou mesmo pelo consumo de água do mineroduto. Tem implicado ainda em imobilidade e invisibilidade de populações atingidas, com práticas de assédio, vigilância e controle das famílias, mortandade de peixes. Já na construção do Porto do Açú, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) constatou, em 2011 e 2012, que o município de São João da Barra foi o primeiro no *ranking* nacional de desmatamento de restingas da Mata Atlântica. A Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) detectou a salinização das águas e terras do 5º distrito do município por conta das obras do distrito industrial. Enfim, estamos falando de impactos e acidentes ambientais de longa duração, pondo em risco a perspectiva de futuro de inúmeras famílias de agricultores e pescadores, e no fundo a produção da vida. Impactou-se também áreas de produção de alimentos, tradições culturais e sítios arqueológicos.

**Em Pauta** – Considerando que a Em Pauta é uma revista produzida pela Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e que nossa profissão atua diretamente sobre as diversas manifestações da questão social expressas, muitas vezes, em situações de obstrução e/ou destituição de direitos, temos um especial interesse, portanto, que vocês co-

mentem agora as implicações do “Projeto Minas-Rio” relação aos seus impactos sociais.

**Ana Costa** – A instalação do complexo portuário está atingindo 1.500 famílias do V distrito que vivem da agricultura familiar. Envolve a destruição de grandes áreas de restinga protegidas por lei; a violação dos direitos constitucionais da população residente; além de intimidações por parte de agentes públicos e privados – 8º Batalhão da Polícia Militar de Campos dos Goytacazes e segurança da empresa LLX, acompanhados de impactos sobre os assentamentos de Reforma Agrária existentes na Região.

As desapropriações constituem sem dúvida o impacto social mais profundo, pois implicaram em deslocamentos compulsórios, fragmentação da vida comunitária e das relações afetivas com o ambiente nos quais as famílias trabalhavam e reproduziam suas vidas. O destino endereçado, dos agora desapropriados, convencionou-se chamar de “Vila da Terra”, um reassentamento construído para receber as famílias atingidas pelos atos desapropriatórios. Até agora foram construídas somente 36 casas, sendo que três, apesar das construções semelhantes, não são destinadas à moradia, mas para funções administrativas. Com uma área padronizada no entorno, com lotes medindo dois hectares de comprimento por dois hectares de largura. No acordo feito com as famílias no processo de reassentamento, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – Codin e a LLX comprometeram-se em dar toda a infraestrutura para produção agrícola – o que não ocorreu ainda. Os reassentados foram orientados a não iniciar a produção, em especial a de culturas permanentes, como árvores frutíferas, em função da empresa ainda não ter a propriedade dessa área. Essas terras pertenciam ao grupo OTHON/Usina Barcelos e se encontram em litígio, pois existem dívidas trabalhistas com seus empregados. Considerando-se a hipótese de que todas as famílias aceitem ser transferidas, primeiramente não haveria casas e terras para todas; em segundo lugar, elas poderiam ser novamente expulsas a qualquer momento. Mas é preciso considerar também que estamos falando de agricultores que têm uma relação histórica e afetiva com aquele pedaço de terra, que vem há anos cultivando e que em nenhum momento colocaram suas terras à venda. Então, mesmo se a Vila da Terra tivesse todas as condições de que eles precisam para continuarem manter seu estilo de vida, que é plantar, colher e viver do fruto do seu trabalho haveria resistência em função dos valores culturais, afetivos, dentre outros.

É preciso destacar ainda que 90% das terras do V Distrito de Açú foram desapropriadas através do Decreto 41.915/RJ, fato que impossibilita essas pessoas de permanecerem nas proximidades de suas comunidades de origem. A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), produzido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, percebem-se com mais exatidão os seguintes impactos, principalmente na agricultura:

- Impacto em pelo menos 1.500 famílias de agricultores familiares no Distrito Industrial;
- Desapropriação de moradores sem notificação judicial;
- Reassentamento compulsório: fazenda Palacete;
- Situação fundiária indefinida (fazenda Saco Dantas e fazenda Palacete);
- Violação dos direitos constitucionais (Art. 265 da C.E.);
- Ações criminosas: destruição de restinga e invasão de lotes familiares;
- Intimidações de agentes privados de segurança (LLX) e do 8º Batalhão de Campos;
- Impacto sobre assentamentos de reforma agrária.

Nesse mesmo contexto de concentração de riquezas e mundialização do capital em que o aprofundamento das desigualdades sociais adquire contornos cada vez mais perversos, observa-se junto aos atingidos por esse megaempreendimento, uma crescente mobilização e resistência. Elas se expressam, por meio da sua organização e de articulações com movimentos sociais da cidade e do campo, pesquisadores de universidades e ONGs, identificadas com a luta pela terra e por Direitos Humanos, com a finalidade de denunciar e ampliar o âmbito de visibilidade às violações aos mais elementares direitos por eles sofridas.

**Em Pauta** – Na mesma perspectiva de nossa indagação anterior, solicitamos que também comentem a respeito das lutas e do processo de resistência das populações atingidas, em torno do “Projeto Minas-Rio”, considerando a perspectiva da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

**Eduardo Barcelos** – Muitas comunidades atingidas por grandes projetos se mobilizam para a resistência, na medida em que suas vidas são ameaçadas ou vulnerabilizadas. É o nosso caso. Em Conceição do Mato Dentro a vida se dava nas *terras no bolo da família*, uma forma de organização e de trabalho baseado no uso comum e nas relações de parentesco. No Açú os terrenos eram repartidos entre gerações inteiras, guardados desde a memória dos *muxungos*, antigos habitantes das restingas do litoral norte fluminense. Não havia ameaças de despejo, contaminação de águas, fluxo intenso de pessoas, assim como não havia usos predatórios do território.

A chegada do Projeto Minas Rio na vida destes grupos foi um fator decisivo e transformou radicalmente suas práticas. Desde então, as várias iniciativas de resistência vieram a contrapor/mitigar os processos de vulnerabilização e precarização da vida das comunidades. As perdas territoriais, com a desapropriação das terras, a invisibilidade na identificação dos atingidos, os deslocamentos forçados e a fragilização dos sistemas produtivos, enfim a violação das condições de vida, das formas de uso da natureza é que impulsionaram a organização comunitária para a resistência. Ou seja, a mobilização e a resistência ocorreram na medida em que novas formas de dominação/expropriação se instituíram.



Inicialmente, as comunidades reivindicavam informação e direito a participação, principalmente no processo de licenciamento ambiental. Passaram a se organizar em comissões, redes de familiares e alguma assessoria, embora de forma muito fragmentada para acompanhar a execução das obras e o cumprimento das condicionantes ambientais. Com o desenvolvimento do projeto e acirramento das denúncias de situações de violência, haja vista que as condicionantes do licenciamento foram violadas, a resistência passou a ficar mais organizada. No Açu, a criação da ASPRIM foi um marco fundamental neste processo, porque buscou organizar aquelas famílias que resistiam à desapropriação de terras. A formação da associação agregou muitas famílias do 5º distrito de SJB, que passaram a se organizar em reuniões e assembleias comunitárias. Em CMD se formou o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do município, um espaço de debates e reivindicações dos atingidos, com a participação ativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de entidades sindicais dos trabalhadores rurais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

A inserção da pesquisa acadêmica no campo do conflito possibilitou outro momento importante para a resistência. Foram vários os professores e pesquisadores que mergulharam no debate do Minas-Rio, seja produzindo monografias, dissertações e teses, seja participando de reuniões comunitárias, seja na elaboração de mapas, textos e vídeos de denúncia. Desde a PUC-MG ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, GESTA, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da UFF-Campos à UENF, do IFF-Campos à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mas também pela participação da AGB, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), da CPT e do MST, coletivos de estudantes, moradores locais, pequenos comerciantes, enfim, uma rede ampla de apoiadores e assessores foram garantindo maior visibilidade para o conflito, especialmente na forma de pareceres, relatórios técnicos e sistematizações variadas, na forma de vídeos, cartas, moções de protesto, panfletagem, aulas públicas nas áreas atingidas, seminários territoriais e muitos debates nas universidades. Boa parte destas produções foi entregue às defensorias públicas e aos ministérios públicos (em âmbito estadual e federal), com a qual também se estabeleceu diálogo.

Destaque também para a atuação da REASA (Rede de Acompanhamento Socioambiental) do Ministério Público Estadual de Minas Gerais e do GATE (Grupo de Apoio Técnico Especializado) do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro. No plano da judicialização do conflito, estes atores foram importantes na abertura de inquéritos civis públicos para investigar as violações de direitos, no encaminhamento de ações civis públicas, petições populares e representações da sociedade civil. Cabe destacar ainda, em ambos os estados os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ALERJ e ALEMG, na organização de audiências públicas e visitas técnicas *in loco*.

Em 2013, esse amplo repertório de lutas e estratégias convergiu para a organização do intercâmbio das comunidades atingidas e em resistência ao Projeto Minas-Rio. “Das montanhas aos mares” foi o trajeto que as comunidades percorreram, entre os dois extremos do projeto, configurando uma geografia ampliada dos atingidos e uma compreensão de totalidade dos impactos. Serviu, em primeiro lugar ao espaço da solidariedade, garantindo o encontro, o autorenhecimento e a questão do *outro*; mas também para afirmar uma pedagogia de luta, que se deu pela troca, pela observação e pela superação do sentimento fragmentado que o projeto os impôs. Enfim, com este movimento entre escalas, o protagonismo dos atingidos levou a construção do Relatório Unitário, como síntese da experiência de atingido e como abertura para novas indagações e interrogações sobre as diferentes formas de resistência. A luta em movimento, de Minas ao Rio mostrou assim a capacidade de sair do anonimato, do silêncio, a qual, na perspectiva fragmentada do Projeto, continuaria. Garantiu-se, com isso a construção da denúncia.

**Em Pauta** – Sob diferentes ângulos o relatório demonstra que as práticas associadas à implantação do Projeto Minas-Rio são baseadas na expropriação da terra e no desrespeito aos modos de vida de diferentes segmentos sociais. Assim, pedimos que comentem a respeito da relação entre o projeto e a questão fundiária.

**Ana Costa** – O porto do Açú, como falamos, caracteriza-se como um terminal portuário privativo de uso misto e de grande capacidade, comparável aos portos mais modernos do mundo, conforme a própria LLX o define. Como vem ocorrendo em diversos países e demais regiões brasileiras, a mundialização do capital, (CHESNAIS, 1996), tem possibilitado restabelecer a rentabilidade dos investimentos. Neste quadro, a concorrência entre as regiões e locais, bem como as vantagens oferecidas, como isenções fiscais, subsídios, rebaixamento de salários – ou como no caso em tela, a transformação do 5º distrito de área rural para área industrial, realizado pelo poder executivo e aprovado pelo poder legislativo de São João da Barra<sup>1</sup>, criaram as condições necessárias para que o governo estadual desapropriasse 7.200 hectares, por meio de vários Decretos Estaduais<sup>2</sup> – que contribuíram para a escolha e permanência desses grupos empresariais. Esse decreto desapropriou noventa por cento (90%) das terras do 5º Distrito/Açú, significando que, se as 1.500 famílias fossem removidas e/ou despejadas

<sup>1</sup> Projeto de Lei nº 39/2008. Dispõe sobre o ordenamento distrital do Município de São João da Barra, bem como sobre seu macrozoneamento no que tange as áreas de especial interesse. Como afirmam os atingidos do Açú, esta lei foi aprovada “na calada da noite, no dia 31 de dezembro de 2008, quando as atenções estavam voltadas para a comemoração do Ano Bom”.

<sup>2</sup>As desapropriações estão sendo realizadas pela Codin, com base nos Decretos estaduais Nº 41.584 e 41.585 de / 05/12/2008, Decretos Nº 41.195 e 41.196 de 19/06/2009 e Decreto Nº 41.998 de 19/08/2009. Fonte: Diário oficial do Estado do Rio de Janeiro.

ao mesmo tempo, conforme essa determinação, elas ao serem indenizadas pela desapropriação de suas terras estariam impossibilitadas de permanecerem nas proximidades, mantendo suas relações de parentescos, vizinhanças e de cooperação com os demais camponeses.

Em função da maioria das famílias ter adquirido aquelas terras por intermédio de heranças, suas habilidades e modos de viver também vêm sendo reproduzidos de geração em geração. Portanto, este processo de desapropriação e consequente concentração de terras, viabilizada pela prefeitura de São João da Barra e pelo Governo Estadual/RJ e pela iniciativa privada em Minas Gerais, não apenas expulsa essas pessoas de seus pedaços de terra, mas também impede que possam, caso recebam a sua indenização, comprar outros sítios nos arredores, pois o que “sobra” de área rural não é suficiente para assentar a todos.

Em Minas Gerais, a apropriação das terras pela mina da empresa Anglo American começou pela atuação de uma empresa chamada Borba Gato, uma referência ao bandeirante que desbravava terras no interior. Esta empresa chegou com a intenção de avaliar terras da região, visando implantar um haras, para criação de cavalos. Porém, suas avaliações serviram para criar um ambiente especulativo das terras no contexto da implantação das obras. Na verdade essa empresa foi a ponta de lança do processo especulativo e de apropriação das terras, seja mapeando as famílias e suas terras (dimensões e localização), seja antecipando a negociação. Esta movimentação se somou ainda aos atos desapropriatórios do governo de Minas Gerais, que, pelo critério da “utilidade pública”, desapropriou de forma compulsória famílias camponesas da Serra do Sapó e da Ferrugem.

Tais fatos se comprovam pela quantidade de terras expropriadas pelo Projeto Minas Rio, que totaliza mais de 30 mil hectares, incluindo as áreas atingidas no Açú em São João da Barra e em Conceição de Mato Dentro, ao longo dos 32 municípios cortados pela construção e instalação do mineroduto, assim como as áreas de compensação ambiental.

**Em Pauta** – O relatório é um trabalho de sistematização de uma práxis, pois se origina, ao mesmo tempo, de um processo de luta social e de articulação entre diferentes saberes. Da mesma forma é um instrumento político à medida que pretende ocupar a esfera pública do debate sobre as políticas de desenvolvimento, dando visibilidade ao que vocês nomeiam como “olhares desde a perspectiva dos atingidos”. Quais foram os principais desafios desse trabalho e quais são as expectativas alimentadas a partir dele?

**Ana Costa e Eduardo Barcelos**- Após observações e registros de um conjunto de práticas agrícolas familiares nas comunidades, realizadas nos trabalhos de campo, fomos compreendendo como elas se mostravam fundamentais e necessárias para a reprodução social do campesinato no 5º Distrito/São João da Barra e também em Conceição de Mato Dentro. Ao mesmo tempo, fomos identificando as questões que vêm se desvelando durante o processo,

sinalizando que as lutas travadas por esses trabalhadores e trabalhadoras para permanecerem na terra, desde o início da implantação do Projeto, são elementos importantes para a compreensão das diferentes formas de resistência camponesa e que podem ter, no processo histórico de produção e reprodução de suas vidas e de seus antepassados, sobretudo através da produção de alimentos naqueles territórios, do Açu e em Conceição de Mato Dentro, o germe da resistência.

Depois do intercâmbio, entre os povos das montanhas e dos mares, todos impactados pelo Projeto Minas Rio em 2013, os atingidos, pesquisadores e lideranças dos Movimentos Sociais, na defesa da dignidade da pessoa humana, e, em especial, da garantia dos bens essenciais à vida como a água e o território, reunidos no Açu, foi elaborada uma carta com o objetivo de tornar público os grandes desafios e questões desse coletivo, entre as quais:

- Violação do direito de liberdade de reunião, associação e expressão: durante a realização do intercâmbio, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, os veículos que transportavam os atingidos foram seguidos e monitorados pelos empreendedores;

- Mascaramento dos impactos socioambientais: os danos e impactos ambientais provocados pelo empreendimento nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro foram subdimensionados ao longo dos processos de licenciamento, fracionados de forma indevida. Não constam dos EIA-RIMAs os impactos conexos mina-mineroduto – porto e os efeitos do empreendimento no estado vizinho do Espírito Santo – área costeira, poluição, óleo, poluição sonora marinha, erosão do solo marinho;

- Degradação dos mananciais e cursos d'água, tornando-os impróprios para uso humano, dessedentação de animais, a pesca, e para os usos sociais, tais como plantios da agricultura familiar e recreação. No Açu, a gravíssima salinização nas águas e nas terras ameaça transformar o 5º Distrito/SJB e toda a Baixada Campista, em um verdadeiro deserto;

- Não reconhecimento dos Atingidos: em Minas Gerais, empreendedor e Estado se recusam a reconhecer a amplitude do universo de comunidades atingidas, que resta indefinido no licenciamento, apesar da existência de estudo independente realizado para esse fim; no Rio de Janeiro, tampouco são reconhecidas as famílias atingidas pelos impactos gerados pela salinização;

- Violação do direito de propriedade: os atingidos denunciam as pressões e formas diversas de coação a que vem sendo submetidos. Em Minas Gerais, o violento assédio a herdeiros de terras familiares deflagrou processos conflituosos e desagregadores nas famílias, agravados por práticas como intervenções não autorizadas nos terrenos. No Rio de Janeiro, são recorrentes os despejos violentos de agricultores familiares e pescadores, sem indenização e aviso prévios. Em ambos os Estados, o empreendedor derruba cercas, casas, fecha caminhos, finca placas, forçando o abandono das terras, das criações e lavouras.

- Tais pressões inviabilizam o direito à justa negociação e ao tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
- Violação do direito de ir e vir – Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, caminhos seculares que interligavam comunidades foram fechados; no Açu, os pescadores se encontram impedidos de acessarem as lagoas e realizarem suas pescas durante a semana;
- Violação dos direitos das comunidades tradicionais em MG e RJ: a reprodução de práticas e modos de vida tradicionais foi inviabilizada pelo empreendimento, assim como o acesso e a preservação de bens culturais. Em Minas Gerais, territórios familiares e lugares de memória foram fragmentados ou tornaram-se inacessíveis às comunidades locais; a mineração inviabilizou o turismo cultural. No Rio de Janeiro, conhecimentos tradicionais acumulados pelas famílias no manejo da restinga foram desconsiderados, e inviabilizou-se a pesca artesanal;
- Violação do direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social e comunitária: procedimentos de negociação fundiária obscuros e violentos fragmentam as famílias, enquanto os reassentamentos já realizados não atendem à necessidade de manter os laços de solidariedade preexistentes;
- Violação da dignidade e bem estar de grupos vulneráveis, com direito à proteção especial: idosos vêm sendo alvo de pressão e sujeitados a reassentamentos compulsórios que não permitem a reprodução de seus modos de vida.

E, por fim, a plenária final do intercâmbio propôs que fosse elaborado um relatório, reunindo os estudos até então realizados, matérias jornalísticas e que fosse recuperada parte da memória, construindo, portanto, uma linha do tempo, com registro dos processos de resistências dos atingidos do Projeto de Conceição de Mato Dentro e também do Açu/SJB. Esforço contido no “Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos” – documento que pode ser acessado no blog do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – NERU/UFF. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B1TWm6pWlzfRaHpZemhoNXNIM0E/edit?pli=1>>.